

PORTARIA Nº 019/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, que confere o art. 68 § V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR a Sr.^a **DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNÇÃO,** mat. 2054, funcionária concursada, ocupante do cargo Agente Administrativo, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora Presidente do **IPRESB** – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Brejo da Madre de Deus.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2021.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de janeiro de 2021.

Roberto Asfora

Prefeito

PUBLICADO
EM 12/01/21

CERTIFICADO

*Deluse Cassandra Silveira Cirino De
Assunção*

CGRPPS-5691

Está autorizado a usar a designação de

**Certificado de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social
(CGRPPS)**

A presente autorização está sujeita ao cumprimento das obrigações previstas no
Regulamento da Certificação do Profissional de Investimentos.

Emitido em quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022 pela
Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
API MEC



Lucy Aparecida de Sousa
Presidente da API MEC BRASIL



22º

**CONGRESSO
NACIONAL DE
PREVIDÊNCIAS
DA ANEPREM**
HOTEL OURO MINAS
BELO HORIZONTE/MG



11 A 13 DE SETEMBRO DE 2023

CERTIFICADO

A Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios
CERTIFICA QUE:

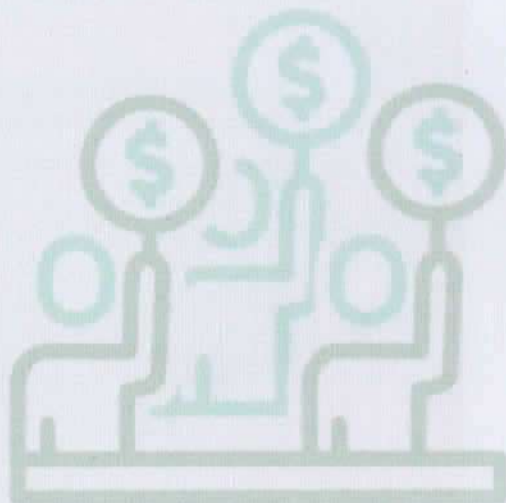
DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNCAO

participou do 22º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM
realizado no município de Belo Horizonte-MG, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2023.

Belo Horizonte-MG, 11 de setembro de 2023.

Adilson Carlos Pereira- Presidente da ANEPREM





CURSO
SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÃO:
CONTRATOS PÚBLICOS E COMPRAS
LEI N.º 14.133/2021

CERTIFICAMOS QUE

DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNCAO

participou do CURSO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÃO: CONTRATOS PÚBLICOS E COMPRAS, na modalidade presencial, realizado pela Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Pública, no período de 01 a 02 de fevereiro de 2024, no município de Recife/PE, com carga horária de 14 h/a.

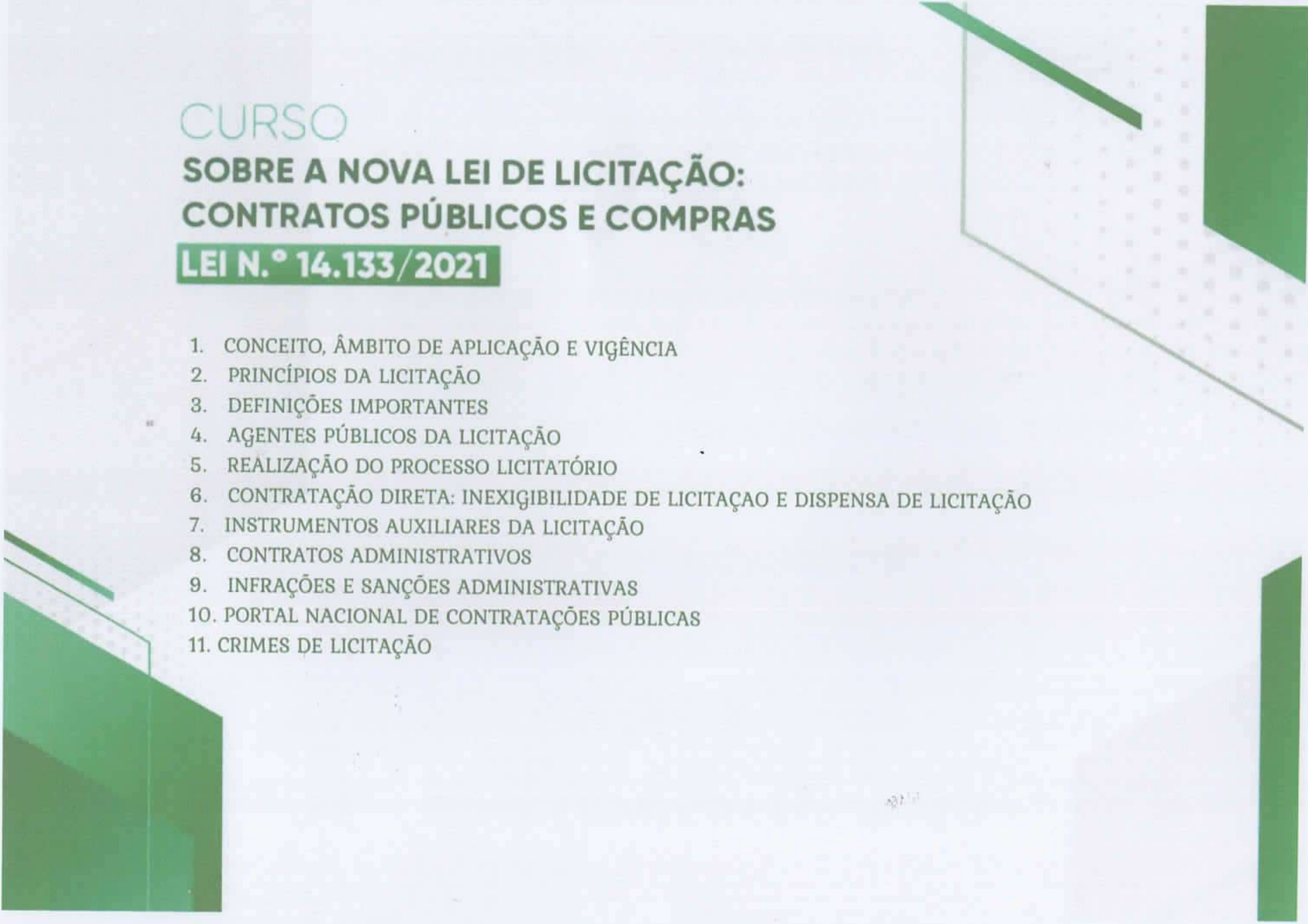

Adilson Carlos Pereira
Presidente da ANEPPREM
Presidente da APEPP

REALIZAÇÃO:
 **APEPP**
Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Pública

ORGANIZAÇÃO:
 **ALPES GESTÃO**
EVENTOS E CURSOS

APOIO:
 **ANEPPREM**
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS





CURSO

**SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÃO:
CONTRATOS PÚBLICOS E COMPRAS**

LEI N.º 14.133/2021

1. CONCEITO, ÂMBITO DE APLICAÇÃO E VIGÊNCIA
2. PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
3. DEFINIÇÕES IMPORTANTES
4. AGENTES PÚBLICOS DA LICITAÇÃO
5. REALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
6. CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO
7. INSTRUMENTOS AUXILIARES DA LICITAÇÃO
8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10. PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
11. CRIMES DE LICITAÇÃO



Eduardo Barros
advogados

CERTIFICADO

«Certificamos que a Senhora DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNÇÃO participou do **Curso de Reforma Previdenciária decorrente da ECF 103/2019 e suas aplicações no âmbito municipal, realizado no período de 03 e 04 de maio de 2022**, com carga horária de 12 horas.

EDUARDO
CORDEIRO DE
SOUZA
BARROS:399949294
53

Assinado de forma
digital por EDUARDO
CORDEIRO DE SOUZA
BARROS:39994929453

Eduardo Cordeiro de Souza Barros
Diretor Executivo

Travessa Sebastião Inácio, 21
Centro, Serra Talhada - PE
Tel: (87) 3831-3142



CERTIFICADO



A Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios
CERTIFICA QUE:

DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNCAO

participou do 1º Encontro Nacional de Conselheiros Previdenciários e Gestores Públicos
da ANEPREM, realizado no município de Gravatá-PE, nos dias 3, 4 e 5 de abril de 2023.



**ENCONTRO NACIONAL
DE CONSELHEIROS
PREVIDENCIÁRIOS E
GESTORES PÚBLICOS**

**3 A 5 DE ABRIL / 2023
HOTEL CANARIU'S - GRAVATÁ / PE**

Gravatá, 3 de Abril de 2023.

Adilson Carlos Pereira- Presidente da ANEPREM



**IV ENCONTRO
NORDESTINO DE PREVIDÊNCIAS
PÚBLICAS DA**



**XIV ENCONTRO
ESTADUAL DA**



CERTIFICADO

Certifico para devidos fins que o(a) Sr(a)

DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNCAO

Participou do IV ENCONTRO NORDESTINO DE PREVIDÊNCIAS
PÚBLICAS DA ANEPP E XIV ENCONTRO ESTADUAL DA APEPP, no
período de 04 a 06 de outubro de 2021, no município de Caruaru/PE, com
carga horária de 15h/a.

Adilson Carlos Pereira
Presidente

**04, 05 e 06
OUTUBRO
2021**

CARUARU - PE



**XVI ENCONTRO DE
PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS**



APEPP
Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Públicas

**VI ENCONTRO NORDESTINO
DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS**



ANEPP
Associação Nordestina de Previdência Públicas

**II SIMPÓSIO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS**



ANEPREM
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE
PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

C E R T I F I C A D O

Certifico para devidos fins que o(a) Sr(a)

DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNCAO

**Participou XVI ENCONTRO DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS, VI ENCONTRO
NORDESTINO DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS E II SIMPÓSIO NACIONAL DE
PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS, no período de 14 a 16 de setembro de 2022, na cidade de
Recife/PE, com carga horária de 20h/a.**

Adilson Carlos Pereira
Presidente da APEPP



**14 a 16
de Setembro**
RECIFE
PERNAMBUCO



XVI ENCONTRO DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS



VI ENCONTRO NORDESTINO DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS



II SIMPÓSIO NACIONAL DE PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS



PROGRAMAÇÃO

INSTITUIÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PELOS ENTES SUBNACIONAIS NO CONTEXTO DA PORTARIA MTP Nº 1467/2002, PALESTRANTE: NARLON GUTIERRE - SUBSECRETÁRIO DO REGIME DE PREV. COMPLEMENTAR - SPREV - AS PERSPECTIVAS DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (COMPREV) NO INSS, PALESTRANTE: GUILHERME GASTALDELLOPRESIDENTE DO INSS - TEMAS POLÊMICOS DA SUPER PORTARIA 1467/2022, PALESTRANTE: BRUNO MARTINS ASSESSOR JURÍDICO DA ANEPREM - COMO OTIMIZAR A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA COMPREV NO SEU RPPS, PALESTRANTE: BRUNO MONTEIRO MONTEIRO E MONTEIRO - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR, PALESTRANTE: DYANA OLIVEIRA BASSSET - J.P MORGAN - NOVAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO RPPS, PALESTRANTE: LUIZ CLAUDIO KOGUT ACTUARIAL - ASSESSORIA E CONSULTORIA - CENÁRIO ECONÔMICO E OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS PARA RPPS, PALESTRANTE: SILVIA KELLY BANCO DO NORDESTE - INVESTIMENTOS NA NOVA PORTARIA, PALESTRANTE: GUSTAVO LOPES SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA - NOVO CENÁRIO ECONÔMICO DEPOIS DAS ELEIÇÕES, PALESTRANTE: MILTON CABRAL BRADESCO - OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS PARA AS PREVIDÊNCIAS PÚBLICAS, PALESTRANTE: PAINEL DE INVESTIMENTOS - ATUALIZAÇÕES DA NOVA CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSTITUCIONAL (PRÓ- GESTÃO RPPS), PALESTRANTE: MÁRCIA PAES SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA - ESOCIAL NO SERVIÇO PÚBLICO - VANTAGENS E CONSEQUÊNCIAS DA NÃO IMPLANTAÇÃO, PALESTRANTE: MARCUS RONELLECONTADOR - PUBLICSOFTWARE - CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DE RPPS NA OAB PERNAMBUCO, PALESTRANTE: SHYNAIDE MAFRAPRESIDENTE CDSS DA OAB-PE - NOVAS RESPONSABILIDADES DOS CONSELHOS DOS RPPS'S, PALESTRANTE: MILTON MOREIRA ESPECIALISTA EM RPPS - OS DESAFIOS DE VIVER MAIS E A LONGEVIDADE FINANCEIRA, PALESTRANTE: ANTÔNIO LEITÃO MAG - NOVA VERSÃO DE APLICATIVO PARA SERVIDORES - PREV+, PALESTRANTE: PAULO CELEDÔNIO 3IT - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS COMO ALTERNATIVA DE INVESTIMENTOS, PALESTRANTE: TULIO PINHEIRO CONSIG+ - AS NOVIDADES DO DIPR E NOVO DAIR, PALESTRANTE: JÚLIO MACIEL SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA.

PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



APOIO



CERTIFICADO

Certifico para devidos fins que o(a) Sr(a)

DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO DE ASSUNCAO

Participou do CURSO NOVA CERTIFICAÇÃO RPPS - Nível Básico, no período de 20 e 21 de outubro de 2022, no município de Gravatá/PE, com carga horária de 16h/a.



Adilson Carlos Pereira
Presidente da ANEPREM
Presidente da APEPP

Milton Moreira Raimundo
Especialista em RPPS



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA NOVA CERTIFICAÇÃO RPPS NÍVEL BÁSICO

1. SEGURIDADE SOCIAL: Conceito. Princípios.

Previdência Social: Artigos 6º e 201 da Constituição Federal. Conceito. Direito Social.

Organização da Previdência Social. Caráter Contributivo e Solidário. Filiação Obrigatória. Regimes de Previdência: Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (artigo 40), Regime Geral de Previdência Social - RGPS (artigo 201) e Regime de Previdência Privada Complementar (artigo 202) da Constituição Federal. EC 103/2019 (art. 9º, 33 e 34).

2. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS: Organização e Funcionamento dos RPPS. Normas Gerais. Lei nº 9.717/98. Portaria MPS nº 402/2008. Filiação Obrigatória. Benefícios. Gestão do Regime Próprio. Utilização dos Recursos Previdenciários. Taxa de Administração. Responsabilidade do ente no caso de vinculação de servidores titulares de cargos efetivos ao RGPS.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS: Beneficiários. Dependentes. Rol de Benefícios limitado à aposentadoria e pensão. Remuneração de contribuição. Proventos. Forma de cálculo. Reajustamento do valor dos benefícios. Abono de Permanência. Averbação do tempo. Conversão de tempo. Contagem recíproca do tempo de contribuição. Certidão de tempo de contribuição.

4. PLANO DE CUSTEIO: Caráter Contributivo. Contribuição do servidor ativo. Contribuição sobre os proventos de aposentadoria e sobre as pensões. Contribuição do ente federativo. Contribuição parcelada decorrente de termo de acordo de parcelamento. Contribuição Suplementar e Aportes para equacionamento do déficit atuarial. Observância do Caráter Contributivo.

5. GESTÃO ATUARIAL: Conceitos de atuária. Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial. Normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS. Portaria 464/2018. Avaliação Atuarial Anual. Base Cadastral. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial. Equacionamento do Déficit Atuarial. Aportes de Bens, Direitos e Demais Ativos. Informações Atuariais dos RPPS.

6. GESTÃO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS:

Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS. Resolução BC CMN nº 4.963/2021. Portaria MPS 519/2011. Da Alocação dos Recursos. Da Política de Investimentos. Do Segmento de Renda Fixa. Do Segmento de Renda Variável. Do Segmento de Investimentos no Exterior. Do Segmento de Investimentos Estruturados. Do Segmento de Fundos Imobiliários. Do Segmento de Empréstimos Consignados. Dos Limites Gerais. Da Gestão. Do Custodiante. Das Outras Contratações. Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários. Do Controle das Disponibilidades Financeiras. Dos Enquadramentos. Das Vedações.

Instrumentos de Renda Fixa: Definição. Principais conceitos e características de Instrumentos de Renda Fixa: Formas de remuneração – Prefixados e Pós-Fixado – principais Indexadores; Formas de amortização e pagamento de juros: Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio). Principais instrumentos: Títulos públicos: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F. Características. Negociação de títulos públicos: Mercado Primário: leilões; Mercado Secundário: balcão. Tesouro Direto. Conceito e características operacionais. Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados: Tesouro Selic, Tesouro Prefixado, Tesouro Prefixado com juros semestrais, Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com juros semestrais. Adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e objetivos. Títulos Privados Bancários: Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: Características; Debêntures: Conceito e Características. Títulos do segmento Imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI. Características. Operações Compromissadas. Conceito e características. Caderneta de Poupança: principais características, em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos. FGC – Fundo Garantidor de Crédito: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização.

Renda Variável: Definição. Ações Ordinárias, Preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – American Depositary Receipts e BDRs – Brazilian Depositary Receipts) e Bônus de Subscrição. Conceitos.

Fundos de Investimento. Aspectos Gerais. Conceito de condomínio. Constituição e registro na CVM. Fundo de Investimento. Fundo de Investimento em Cotas. Tipos de Fundos: abertos e fechados. Cota. Valor da cota e transferência de titularidade. Fatores que afetam o valor da cota. Composição da carteira e riscos inerentes. Taxas de administração e outras despesas. Direitos e obrigações dos condôminos. Administração. Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor. Normas de Conduta. Objetivo do fundo e política de investimento. Definição e finalidade. Divulgação de informações para venda e distribuição. Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade. Regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho, termo de adesão e ciência de risco. Taxas, Tipos e Formas de Cobrança. Taxa de Administração; Taxa de Performance; Taxa de Ingresso e Taxa de Saída. Regras de alteração. Encargos dos Fundos. Principais estratégias de gestão: Fundos de Investimento com Gestão Passiva. Definições. Renda Fixa. Conceito e finalidade dos Benchmarks e Índices de Referência: Taxa DI, Taxa Selic, Índices de Preços (IGP-M e IPCA), Índices de Mercado ANBIMA (IMA Geral, IMA-B e IRF-M).

Renda Variável: Conceito e finalidade dos Benchmarks e Índices de Referência: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice Brasil (IBrX), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Estratégias para manter aderência aos índices de referência e as respectivas limitações. Fundos de Investimento com Gestão Ativa. Definições. Renda Fixa. Renda Variável. Estratégias de gestão: posicionamento, hedge e alavancagem. Principais Modalidades de Fundos de Investimento. Classificação CVM: Fundo de Renda Fixa, Fundo de Ações. Fundo de ações versus clube de investimento; vantagens e desvantagens. Fundo Cambial. Fundo Multimercado. Características das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado, Ações – Mercado de Acesso e Investimento no Exterior. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. Fundo de Investimento em Cota de FIDC - FIC-FIDC. Cota Sênior e Cota Subordinada. Características e riscos para o investidor. Fundos de Investimento Imobiliário – FII. Conceitos e forma de negociação. Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de Índice) com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, também conhecido como ETF - Exchange Traded Funds. Fundos de Investimento em Participações – FIP. Fundos Restritos: Fundos para Investidores Qualificados e Fundos para Investidores Profissionais.

7. GESTÃO CONTÁBIL: Plano de Contas do RPPS. Balanços e Demonstrativos. Matriz de Saldos Contábeis – MSC. Portaria MPS nº 509/2013.

8. RESPONSABILIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA: Artigo 8º e 8º-A da Lei 9.717/98. Órgãos de Fiscalização. Sujeito ativo, responsáveis. Forma de apuração. Responsabilidade Solidária e Subsidiária.

9. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA: Conceito e Finalidade. Lei 9.796/1999 e Decreto 10.188/2019.

10. CONTROLE INTERNO E EXTERNO: Órgãos de controle dos Regimes Próprios de Previdência Social: competências e mecanismos de controle. Controle Interno: Órgão de controle interno, Conselho Fiscal, Servidores Segurados. Controle externo: Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Legislativo.

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Sociedade.

11. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO: REGULAÇÃO: Conceito. Órgão responsável pela regulação dos RPPS. Principais normas de regulação dos RPPS.

FISCALIZAÇÃO: Órgãos de fiscalização dos RPPS: Conselho Fiscal. Tribunal de Contas. Poder Legislativo. Ministério Público. Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social. Competência de cada órgão fiscalizador.

12. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - PRÓ-GESTÃO: Conceito. Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS. Objetivos. Dimensões. Níveis de aderência. Adesão ao Programa. Controles Internos. Governança Corporativa. Educação Previdenciária. Implementação do Pró-Gestão RPPS. Certificação. Atuação das entidades certificadoras. Passos para implementação. Monitoramento das ações do Pró-Gestão RPPS.

13. COMPLIANCE E ÉTICA: Risco de Imagem e Risco Legal. Segregação de Atividades na Gestão (Resolução Bacen nº 2.451/97) e gerenciamento de conflitos. Princípios Gerais de Ética aplicada para profissionais de gestão de investimentos.

14. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Licitação (Lei nº 8.666/93 e Lei 14.133/21): Modalidades de licitação. Contratos administrativos.

15. INELEGIBILIDADE: Lei Complementar nº 64, de 18 de junho de 1990.

16. RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CIVIL E CRIMINAL: Conceito, finalidade e procedimentos disciplinares. Requisitos legais mínimos. Art. 8º, 8º-A e 8º-B, da Lei 9.717/98.

17. CRITÉRIOS DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA: Portaria MPS nº 204/2008. Decreto nº 3.788/2001.

CENTRO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO - CRPP
ESCOLA SUPERIOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS - Esurp

Fundador: Professor Francisco Higino Barbosa Lima
Reconhecida pelo Decreto 72.174, de 07.05.73, alterado pelo
Decreto 78.373 de 03.09.76, publicado no D.O.U. de 06.09 de 76



C E R T I F I C A D O

Certificamos que **DELUSE CASSANDRA SILVEIRA CIRINO** concluiu o curso de Comunicação Social, habilitação: Relações Públicas, no segundo semestre de 2006, tendo colado grqau em 14 de fevereiro de 2007.

Katia Serpa da Silva
Secretária Geral

Recife, 18 de abril de 2007.

José Romero Rodrigues Leite
Diretor Esurp